

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	39
------------------------	-----------

II

A VERDADE E A PROVA NO PROCESSO PENAL	45
--	-----------

1.1. AS RELAÇÕES ENTRE VERDADE, PROCESSO E PROVA	45
1.1.1. As teorias da verdade como correspondência....	49
1.1.1.1. A concepção semântica de Alfred Tarski	52
1.1.2. Teorias pragmatistas e coerentistas da verdade..	55
1.1.2.1. Algumas perspectivas pragmatistas.....	56
1.1.2.1.1. O consensualismo de Jürgen Habermas.....	57
1.1.2.2. Algumas perspectivas coerentistas	64
1.1.3. O ceticismo fático	65
1.1.4. O significado e os critérios da verdade – A verdade de um enunciado fático	67
1.1.4.1. Limitações probatórias e sua influência na pesquisa da verdade no processo penal.....	77
1.1.4.1.1. O ser verdadeiro e o ser tido como verdadeiro	82

1.2. A PROVA COMO JUSTIFICAÇÃO EPISTÊMICA	88
1.2.1. A função da prova jurídica	92
1.2.2. A formação da prova jurídica.....	95
1.2.2.1. O direito à prova e os contextos da atividade probatória.....	101
1.2.2.1.1. O contexto da investigação...	103
1.2.2.1.2. O contexto da instrução.....	108
1.2.2.1.3. O contexto da valoração	111
1.2.2.1.4. O contexto da decisão	118
1.2.2.1.5. O contexto da motivação.....	128
1.2.3. O objeto do processo e o objeto da prova.....	132
1.2.3.1. A fiabilidade e a credibilidade probató- ria: seus significados e alcance	138
1.2.3.1.1. A análise da fiabilidade: filtro de admissão ou regra de valoração?	155
1.2.3.1.2. O racionalismo probatório e as percepções subjetivas do julgador	159
1.2.3.1.3. Os atributos gerais de fiabili- dade	165
1.2.3.2. A presunção de fiabilidade probatória .	169
1.3. REVISÃO	172

2

PERFIL CONCEITUAL E FUNCIONAL DA METAPROVA E O REGRESSO AO INFINITO DA CADEIA DE PROVAS 177

2.1. METAPROVA: CONCEITUAÇÃO, OBJETO E ES- COPO	177
2.1.1. Aspectos introdutórios.....	177

2.1.2. Aspectos conceituais e as diversas denominações do fenômeno probatório: a opção pela expressão <i>metaprova</i>	180
2.1.2.1. O objeto e o escopo da <i>metaprova</i>	185
2.2. A METAPROVA E O PROBLEMA EPISTÊMICO DO REGRESSO <i>AD INFINITUM</i> DA CADEIA DE PROVAS	189
2.2.1. O fundacionalismo	191
2.2.2. O coerentismo	193
2.2.3. As críticas ao fundacionalismo e ao coerentismo – o funderentismo de Susan Haack	196
2.2.4. O papel das máximas de experiência e o regresso <i>ad infinitum</i>	204
2.2.5. Outros cortes impeditivos à regressão <i>ad infinitum</i> e a atividade metaprobatória	214
2.3. A METAPROVA, OUTROS MÉTODOS DE AFERIÇÃO DA FIABILIDADE PROBATÓRIA E AS DEMAIS ESPÉCIES DE PROVA	223
2.3.1. A <i>metaprova</i> e o controle <i>in fieri</i>	224
2.3.2. A <i>metaprova</i> , a prova negativa e a <i>contraprova</i>	226
2.3.3. A <i>metaprova</i> e a <i>riprova</i>	228
2.3.4. A <i>metaprova</i> e os <i>elementi di riscontro</i>	229
2.3.5. A <i>metaprova</i> , os elementos produzidos em procedimento investigativo e o testemunho indireto	239
2.3.6. A <i>metaprova</i> e o indício	245
2.3.7. A <i>metaprova</i> e a ilicitude da prova	248
2.3.8. A <i>metaprova</i> e a prova sobre as máximas de experiência	252
2.3.9. A <i>metaprova</i> e o processo de formação da prova	254
2.4. A METAPROVA, O PRINCÍPIO DA MESMIDADE E A CADEIA DE CUSTÓDIA: A PROVA DA CADEIA DE CUSTÓDIA COMO METAPROVA?	266
2.5. REVISÃO	276



A ATIVIDADE METAPROBATÓRIA E OS SEUS CONTEXTOS: O CONTROLE RACIONAL DA FIABILIDADE DA PROVA	281
3.1. A ATIVIDADE METAPROBATÓRIA.....	281
3.2. O CONTEXTO DA INSTRUÇÃO	287
3.2.1. Similitudes e diferenças entre a admissão da metaprova e da prova em geral.....	287
3.2.1.1. Restrições lógico-rationais do direito à admissão da prova	288
3.2.1.1.1. A estruturação dos critérios lógico-rationais à admissão da prova.....	291
3.2.1.2. O direito à admissão da metaprova	297
3.2.1.2.1. O juízo de admissão excep- cional da metaprova no cur- so do processo	305
3.2.1.3. O contraditório para admissão da me- taprova	310
3.2.2. Considerações acerca dos poderes instrutórios do juiz: reflexões dogmáticas sobre as balizas de atuação de ofício do julgador em matéria de prova	313
3.2.2.1. Os poderes instrutórios do juiz em matéria de prova e de metaprova	319
3.3. O CONTEXTO DA VALORAÇÃO DA METAPRO- VA.....	325
3.3.1. A teoria holista e atomista da inferência proba- tória.....	326
3.3.2. A estrutura do raciocínio probatório e os crité- rios para valoração da prova.....	333
3.3.2.1. A análise da fiabilidade da prova e a me- taprova	348

3.3.2.1.1. A valoração provisória da prova e a metaprova.....	349
3.3.2.1.2. A valoração da metaprova	353
3.4. A METAPROVA E O ESTADO DE INOCÊNCIA.....	355
3.4.1. Os <i>standards</i> probatórios e o ônus da prova.....	355
3.4.1.1. O ônus objetivo da prova no processo penal.....	357
3.4.2. O <i>in dubio pro reo</i> e a sua aplicação em caso de dúvida sobre a fiabilidade da prova	363
3.5. REVISÃO	367
CONCLUSÃO.....	371
REFERÊNCIAS.....	373